



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 06 / 04 / 16

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado JULIO ANTONIO

para relatar

Em 06 / 04 / 16

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

**PARECER Nº ____/2016 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre a Mensagem nº 019 do Gabinete do Governador referente ao
Projeto de Lei nº 14 de 02 de fevereiro de 2016.**

De autoria do deputado Francisco Limma, o Projeto de Lei objeto deste veto dispõe sobre a proteção contra poluição sonora no Estado do Piauí.

Através da Mensagem nº 019, o Senhor Governador, usando sua faculdade que lhe confere o art. 102, XIV da Constituição do Estado do Piauí, vetou totalmente o Projeto de Lei.

Nessas condições, a propositura retorna ao exame desta Casa, nos termos que estabelece o art. 78 da Constituição Piauiense.

Em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição e Justiça analisar à matéria quanto ao seu aspecto constitucional, legal e jurídico.


Ao analisarmos a matéria, verificamos que assiste razão ao Governador, tendo em vista que o objeto do aludido Projeto de Lei vai de encontro a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Face ao exposto, nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, somos contrários à aprovação do Projeto de Lei nº 14 de 2016 e, por consequência, favoráveis a veto total oposto à propositura.

É nosso parecer.

É como voto.

Sala das Comissões, aos ____ de Abril de 2016.


Júlio Arcoverde
Deputado Estadual PP/PI
Relator

